



GT 56. Memória e território: saberes e resistência em assentamentos rurais.

Coordenador(es):

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)
Sueli Pereira Castro (PPGAS)

Patrimônio cultural e território são termos complementares que expressam etnicidade, memória, relações de produção e práticas simbólicas, caracterizando diferentes formas de apropriação e uso da terra. Muitos desses grupos sociais que hoje discutem um projeto político no qual possam se colocar, restabelecem a unidade grupal perante o enfrentamento com a sociedade, revelando novas formas de sociabilidade a partir de uma situação de conflito. Nesta perspectiva, os assentamentos rurais na atualidade brasileira representam a construção de “novos territórios”, de espaços de apropriação, ou seja, a reterritorialização de famílias, envolvidas em perdas e conquistas de espaços de vida camponesa. Como estratégia de desenvolvimento rural, os assentamentos têm na agroecologia a sua lógica de produção, opondo-se ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio. Ao produzirem uma agricultura com base na preservação dos territórios, esta forma resgata a importância de um modo de vida camponês. Resgate este que possibilita novas formas produtivas, pautadas por projetos participativos de produção e circulação de produtos, contribuindo para enfrentar a destruição do meio ambiente e a exclusão social, duas consequências desastrosas e despolitizadoras agrárias pautadas pelo neoliberalismo. A criação desses espaços de trabalhos coletivos e solidários, tem integrado ao processo produtivo: homens, mulheres e jovens na perspectiva de combater a vulnerabilidade das populações do campo.

?A lida no quintal é da mulher, aqui nós é que lutamos com a terra?: a produção de alimentos, saberes e afetos por mulheres faxinalenses.

Autoria: Bárbara Luiza Cruz (UFPR - Universidade Federal do Paraná)

Pensar o contexto rural atualmente é um exercício de grande complexidade, a questão agrícola no Brasil é diversa, envolvendo diferentes processos de produção, o que se relaciona com as práticas empregadas na agricultura, gerando classificações entre a agricultura tradicional e a moderna. O que se faz importante pontuar é que essas classificações vão além da esfera da produção, envolvem dimensões políticas e sociais. Os povos de faxinais estão inseridos nesse complexo contexto de campesinato brasileiro, expressando um modo de vida específico, baseado na sua relação com a terra e na criação de animais. O saber-fazer camponês então é articulado frente aos desafios e demandas do presente, gerando uma série de problemáticas a serem pensadas em diferentes esferas, seja na acadêmica, política ou na própria vivência cotidiana do grupo. Cuidar do solo, ?virar a terra?, plantar, cuidar, usar ou não adubos e insumos químicos (usar ou não o termo agrotóxico para se referir a esses produtos), colher, preparar, consumir, compartilhar. São ações políticas. Escolher o que se planta, como se cultiva e o que se come significa autonomia, liberdade. No caso dos Faxinais, além disso, significa pertencimento, identidade e memória. É sobre isso que busco refletir nesta escrita, sobre autonomia camponesa e como isso se expressa no cotidiano faxinalense em diferentes formas de resistência, mas também, como esses camponeses e camponesas articulam essa experiência ao work nas roças de monocultura, obtendo disso o sustento financeiro da família. Outro ponto chave nessa discussão é o work das mulheres em seus quintais e como isso significa resistência ao uso de insumos químicos e às pressões feitas pelo agronegócio às famílias em contexto rural.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: